

Itajaí – SC, 17 de março de 2015.

Recurso Administrativo RPB Nº 001/2015

A

Prefeitura Municipal de Navegantes/SC

Comissão Permanente de Licitações

Rua João Emílio, nº 100 – Bairro Centro

Navegantes/SC

Referência : Edital de Pregão Presencial Nº: 004/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA NA AREA MECÂNICA, FUNILARIA, PINTURA, ELÉTRICA, TAPEÇARIA E BORRACHARIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES COM FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, MATERIAIS E ACESSÓRIOS EM ESTADO NOVO, TODOS ORIGINAIS DOS FABRICANTES DAS MARCAS DOS VEICULOS, PARA ATENDER TODOS OS VEICULOS DA FROTA DA 2ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITAR DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC.

NOME DA PROPONENTE: Paulo Luis dos Santos Correa

CNPJ: 21.164.252/0001-26

ENDEREÇO: Rua Santos Maccarini, nº 3.000, Bairro Machados – Navegantes/SC

TELEFONE/FAX: (47) 3349-8703

E-MAIL: financeiro@doisamigosrecuperadora.com.br

“RECURSO ADMINISTRATIVO”

PAULO LUIS DOS SANTOS CORREA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 21.164.252/0001-26, por meio de seu representante legal abaixo assinado, vem em prazo hábil, apresentar RECURSO contra decisão que habilitou para o referido certame a empresa AUTO PEÇAS E MECANICA GIRO MAXIMO LTDA - EPP, pelos fatos e razões a seguir expostas:

RAZÕES DO RECURSO

A empresa Auto Peças e Mecânica Giro Máximo Ltda - EPP não deveria ser habilitada, pois não cumpriu fielmente os preceitos do Edital do Pregão Presencial nº 004/2015 apresentando sua habilitação em desacordo com ato convocatório do certame.

Exposto a intenção da recorrente e estando ciente das normas inerentes ao procedimento licitatório, em especial, a obrigatória observância dos princípios e legislação pertinente, *premissa máxima vênia*, necessário a desclassificação da recorrida no Pregão Presencial nº 004/2015, ao fundamento de que ela não

observou as normas legais e editalícias. Tal desclassificação tem respaldo no respeito a lei vigente, haja vista que ao contrário do que entendeu a I. Comissão de Licitação, a empresa Auto Peças e Mecânica Giro Máximo Ltda - EPP não seguiu os critérios objetivos definidos no edital, conforme restará demonstrado minuciosamente nos articulados que seguem.

De acordo com edital de licitação em apreço, ficou estabelecido, entre outras condições de participação, que as licitantes deveriam apresentar *atestado de capacidade técnica emitida por órgão de direito público ou privado compatível em característica com o objeto da presente licitação*, conforme item 5.4.1 do edital.

Supondo ter atendido tal exigência a recorrida apresentou atestado de capacidade técnica para o *fornecimento de peças e serviços de mecânica, manutenção e revisão de veículos*.

A Comissão Julgadora, sem maiores considerações, acabou por aceitar o presente atestado sob o entendimento que o mesmo era compatível ao objeto licitado.

Essa atitude é manifestamente ilegal, á medida que por óbvio, a exigência do edital para cumprimento dos requisitos técnicos para habilitação, explicita a necessidade da compatibilidade ao objeto da licitação que é ***“manutenção corretiva e preventiva na área de mecânica, funilaria, pintura, elétrica, tapeçaria e borracharia de veículos automotores com fornecimento de peças, materiais e acessórios”***.

Descumprimento das Normas

Neste Sentido, é importante destacar que na fase de pronunciamento no certame realizado em 16 de março de 2015 a recorrente solicitou a esta douta Comissão a desclassificação da recorrida informando incompatibilidade documento apresentado com o edital e a mesma indeferiu o pedido de forma a dar prosseguimento aos procedimentos da licitação declarando vencedora a empresa Auto Peças e Mecânica Giro Máximo Ltda - EPP.

Em que pese a decisão do I. Comissão em habilitar a empresa recorrida não podemos concordar, já que o atestado é documento exigível para a habilitação da proponente e o instrumento convocatório é verossímil trazendo em seu corpo com clareza os serviços licitados.

Ocorre que os serviços licitados são distintos, pois possuem características diferentes não podendo ser confundidos entre si. Afinal, serviços mecânicos jamais serão serviços de funilaria, pintura, elétrica, tapeçaria e borracharia, os quais exigem necessariamente profissionais específicos para execução dos mesmos.

Desta forma, cabe esclarecer a esta D. Comissão.

Um **mecânico de automóveis** é um profissional especializado na manutenção de automóveis, especialmente dos seus motores. (Wikipédia.Mecânico. Disponível em <http://pt.wikipedia.org>. Data de Acesso: 17/03/2015)

Um Funileiro é o profissional metalúrgico que trabalha com a confecção de peças em folha-de-flandres. O nome remete à fabricação de peças moldadas a partir de chapas metálicas. Por extensão, o termo passou a designar modernamente o responsável pela reparação das partes de chapa dos veículos da indústria automobilística. (Wikipédia.Mecânico. Disponível em <http://pt.wikipedia.org>. Data de Acesso: 17/03/2015)

A **pintura** refere-se genericamente à técnica de aplicar pigmento em forma pastosa, líquida ou em pó a uma superfície, a fim de colori-la, atribuindo-lhe matizes, tons e texturas. (Wikipédia.Mecânico. Disponível em <http://pt.wikipedia.org>. Data de Acesso: 17/03/2015)

A **tapeçaria** é a arte de se fazer tapetes. O termo também é utilizado para denominar o ofício do tapeceiro que forra e cria peças de mobiliário. (Wikipédia.Mecânico. Disponível em <http://pt.wikipedia.org>. Data de Acesso: 17/03/2015)

Borracharia ou borracheiro é um local de comércio e prestação de serviços relacionados a manutenção de rodas e pneus de carros, motos entre outros. No Brasil, as borracharias mais comuns, geralmente prestam os serviços de conserto de furos, calibragem, conserto de válvulas, serviços de trocas de pneus e rodas entre outros relacionados. (Wikipédia.Mecânico. Disponível em <http://pt.wikipedia.org>. Data de Acesso: 17/03/2015)

Portanto, em momento algum o edital isenta ou exclui a aplicação da referida disposição do item 5.4.1 aos serviços especificados, assim, a recorrida não cumpriu as normas legais deixando de apresentar requisitos básicos exigidos pela Lei nº 8.666/93.

Prefacialmente vale mencionar que o artigo 3º da Lei nº 8.666/93 que regula os processos licitatórios públicos é explícito ao descrever os princípios inerentes a qualquer modalidade, *in verbis*:

*Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da **isonomia**, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e **será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.***[Grifo Nosso]

Agindo assim, verificamos *in casu* que não foi atendido o princípio da vinculação do edital, principalmente os preceitos do item 5.4.1, quando em seu julgamento a Comissão habilitou a empresa recorrida, eivando-se do cumprimento do instrumento convocatório, pois a documentação apresentada não está em conformidade com os requisitos estabelecidos no ato convocatório dando vantagem a concorrente.

Desse jaez entende-se que quanto aos princípios nomeados na Lei nº 8.666/93, consigna-se que o da vinculação do instrumento convocatório faz do edital a lei interna de cada licitação, impondo-se a observância de suas regras à Administração Pública e aos licitantes, estes em face dela e em face uns dos outros, nada podendo ser exigido, aceito ou permitido além ou aquém de suas cláusulas e condições. O art. 41 da Lei nº. 8.666/93 ilustra a extensão do princípio ao declarar que a “A administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”, reconhecendo, no § 1º, a qual-

quer cidadão, legitimidade, “para impugnar o edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei...” (In. Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública, 2007, p. 62-3)

A Comissão tem que se valer das leis para desabilitar a proponente quando a licitante desatender o edital, conforme subitem 5.4.3 para manter a isonomia e a legalidade do ato público.

Com efeito, não desclassificar a licitante que não obedeceu aos critérios exigidos no edital fere, ainda, o Princípio do Julgamento Objetivo, ilustrado perfeitamente nas palavras de Marçal Justen Filho:

“A ‘vantajosidade’ da proposta deve ser apurada segundo um julgamento objetivo. O ato convocatório deve conter critérios objetivos de julgamento que não se fundem nas preferências ou escolhas dos julgadores”.

Conclui-se, que não há razão ou argumento sólido que renda ensejo a classificação da empresa recorrida, tendo em vista que sua habilitação não está em concordância com o instrumento convocatório, portanto, requer-se a(o) Pregoeiro(a) que faça cumprir o edital e as leis desclassificando a empresa Auto Peças e Mecânica Giro Máximo Ltda – EPP.

REQUERIMENTO

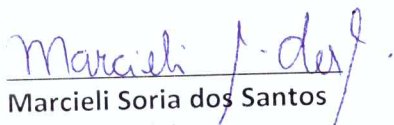
Ex positis, roga que dê provimento ao recurso administrativo interposto por Paulo Luis dos Santos Correa, com efeito para que seja:

- Anulada a decisão em apreço, na parte atacada neste, declarando-se a empresa Auto Peças e Mecânica Giro Máximo Ltda – EPP inabilitada.

Requer, ainda, lastreada nas razões recursais que a I. Comissão reconsidere sua decisão e caso não seja dado provimento a este recurso, faça este subir, devidamente informado, á autoridade superior, em conformidade com §4º do art. 109, da Lei nº 8.666/93, observando-se ainda o disposto no §3º do mesmo artigo, para análise e julgamento.

Nestes Termos.

Pede e Espera Deferimento.



Marcieli Soria dos Santos

Procurador(a)

CPF 091.695.739-05

RG 553.488